

Lisboa, 1 de março de 2021

Exmo. Sr. Ministro do Planeamento,

A SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, vem apresentar a sua apreciação do documento intitulado “Recuperar Portugal, construindo o futuro”, que corresponde ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a apresentar por Portugal à Comissão Europeia, para a obtenção de um envelope financeiro de 50000 milhões de euros a fundo perdido. Este envelope pretende ser o catalisador da recuperação económica e social pós-covid-19, mas também um mecanismo para aumentar a resiliência ambiental de Portugal aos efeitos nefastos das alterações climáticas e da crise da biodiversidade, que a crise sanitária veio colocar a nu.

Resiliência é um conceito chave da estratégia da União Europeia para o pós-covid19, que deveria estar fortemente patente no presente PRR. É de facto um termo muito usado, mas infelizmente com pouca aplicação prática considerando os investimentos previstos. Os sistemas naturais (responsáveis por uma série de serviços de ecossistema fundamentais e uma série de recursos básicos, como água, energia e matérias primas) não têm neste PRR o investimento que deviam ter no restauro e proteção. Basta olhar para o último relatório sobre a aplicação da Diretiva Habitats para verificar que Portugal necessita de investir mais e melhor no restauro ecológico de habitats e espécies ameaçadas. Sem os recuperar os sistemas naturais não se irão tornar mais resilientes, nem os sistemas económicos e sociais.

Não deixa de ser lamentável que, a 3 meses do início da Década das Nações Unidas para o Restauro dos Ecossistemas (2021-2030), esse evento e os seus objetivos nem sequer sejam referidos no PRR, assim como não é referida a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 (com um calendário coincidente com o presente PRR).

Sobre a proteção ambiental, é necessário salientar desde já um princípio fundamental (referido pela Comissão Europeia para a elaboração dos PRR) que deve ser observado neste plano, “As reformas e investimentos não podem prejudicar significativamente os objetivos ambientais” (subentenda-se clima e biodiversidade). Infelizmente não é isso que vemos ao longo deste PRR, com a repescagem de projetos e investimentos do passado, com fortes impactos negativos nos sistemas naturais e no clima. Investimentos como megabarragens, grandes rodovias em áreas protegidas, agricultura e floresta intensivas, simplesmente não poderão fazer parte do PRR.

Senão vejamos:

1. A Dimensão Resiliência – Componente 7 Infraestruturas: Ligações rodoviárias transfronteiriças (110 M€). A ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES), a Ponte internacional sobre o Rio Sever e a Ponte Alcoutim – Sanlúcar del Guadiana (ES) vão

“cortar” e fragmentar territórios de elevado valor natural, incluindo parques naturais e áreas da RN2000. Não são estes investimentos que irão contribuir significativamente para o desenvolvimento local dos menosprezados territórios do interior. Irão contribuir sim para a degradação ambiental de ecossistemas naturais, uma importante riqueza que estes territórios possuem e que devia ser valorizada pelo PRR. As mais valias e os impactos destes projetos não são apresentados ou avaliados no documento em consulta.

2. A Dimensão Resiliência – Componente 8 Florestas: Apesar de várias das medidas apresentadas irem aparentemente na direção correta, seria bom ver uma meta concreta e ambiciosa para reflorestação com espécies autóctones, resilientes e diversas, o que não é o caso. Na verdade, a intervenção fica com a designação de “transformação da paisagem”, que é um conceito vago, onde cabe certamente a florestação intensiva com eucaliptos. O PPR deverá quantificar também a verba disponível para remunerar “os serviços prestados pelos ecossistemas, apoiar o restauro, a recuperação e a reabilitação de ecossistemas agroflorestais” e traçar planos temporais para o efeito.

3. A Dimensão Resiliência – Componente 9 Gestão Hídrica: “Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (171 M€); Barragem: coroamento a 252 m, com altura total de 52 m. Central solar fotovoltaica (painéis solares, inversores, apoios dos painéis): instalação de painéis fotovoltaicos correspondentes a uma potência de 75 MW a instalar em 150 ha de terrenos adjacentes à albufeira (em 2 etapas).” É inaceitável, depois de tudo o que se sabe sobre o efeito das barragens nas bacias hidrográficas, e depois dos efeitos catastróficos do megaempreendimento de Alqueva na paisagem e nas populações do Baixo Alentejo, se venha propor a mesma receita para o Alto Alentejo. Este investimento não pode ocorrer em Portugal em pleno século XXI, muito menos num plano que deve primar a resiliência ambiental.

4. A Dimensão Resiliência – Componente 9 Gestão Hídrica: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (200 M€). Este plano tem componentes que fazem muito sentido, como a redução de perdas e a reutilização de águas residuais, e depois tem barbaridades ambientais, como o transvase da bacia do Guadiana para outras bacias do Algarve e a dessalinização da água do Mar. Estas componentes com elevados impactes ambientais devem ser retiradas do PRR, e devem ser incluídas outras em falta, como o ajuste da procura à disponibilidade dos recursos hídricos do Algarve, através da moderação do consumo agrícola e turístico. Não podemos continuar como se não houvesse limitações de acesso à água, e por isso devem ser travados os consumos não essenciais, como a irrigação de campos de golfe, e a área de cultivo intensivo regado fora das zonas de aluvião. No Algarve deve ser apoiada e promovida a agricultura de sequeiro, e o turismo de consumos sustentáveis.

5. Fileira Integrada de Lítio e Fabrico de Baterias. “Um projeto estratégico transfronteiriço entre Portugal e Espanha, pretende desenvolver uma fileira industrial e de inovação de processos e produtos, completa, que permita o bom aproveitamento - usando técnicas de green mining - para o lítio existente nos dois países, desenvolvendo um projeto transfronteiriço para a construção e reciclagem de baterias elétricas para automóveis.” Não há muitas dúvidas sobre o enorme impacto ambiental (paisagem, solo, recursos hídricos, etc.) do caminho anunciado para este sector, em particular da mineração e do processamento do mineral. Estes projetos não podem ser impostos às populações, e a indústria de mineração tem que resolver os crescentes problemas sociais, ecológicos e técnicos do futuro. Integrar no processo em curso este princípio deve estar inscrito no PRR.

6. Componente C14, Hidrogénio e Renováveis: Como tem vindo a ser discutido na opinião pública portuguesa, o hidrogénio não só não é uma energia renovável, como nem sequer é uma fonte de energia, mas apenas uma forma de armazenamento temporário. Para que o seu uso contribua de forma significativa para a descarbonização, deverá ser produzido através de energias renováveis (o chamado “hidrogénio verde”) e isso fará sentido sobretudo quando a energia gerada por estas fontes for em excesso (uma situação que ainda está muito distante em Portugal), ou ocorrer em locais muito distantes das principais redes elétricas de distribuição. A ambição demonstrada nesta componente é claramente insuficiente e em parte mal dirigida. Esta seria a ocasião ideal para reforçar e acelerar a implementação das renováveis em todo o território, em particular do solar descentralizado, o que melhoraria a segurança energética nacional, reduziria os consumos totais de eletricidade (ao ter a geração de energia mais próxima dos consumidores, com perdas menores). O Governo parece estar a pôr demasiada confiança nos leilões de energia solar, que privilegiam as estratégias de investimento das grandes empresas e dos maiores investidores, com ênfase no solar centralizado. Ora este implica também a instalação de redes de elevada tensão, para transportar a eletricidade gerada, com elevados níveis de investimento, maiores perdas energéticas e uma pegada material e de uso do território muito maior. Para não falar das alterações indiretas do uso do solo. Não faz qualquer sentido numa lógica de resiliência do território, a promoção do sector fotovoltaico sem uma Avaliação Ambiental Estratégica e uma identificação das áreas que não podem ser transformados em parques de painéis solares. No caso da “Transição Energética nos Açores”, o investimento previsto para o projeto “Corvo Renovável” inclui a instalação de um parque eólico, numa ilha que acolhe diversas espécies de aves marinhas que aí nidificam, com milhares de indivíduos, o que contraria o princípio de não prejudicar os valores ambientais pelos investimentos a realizar.

Para além das componentes com elevado impacto ambiental, e que não deverão fazer parte do PRR, temos as componentes fundamentais e ausentes. Destacamos três:

- Nos transportes, temos a ferrovia, nomeadamente as ligações regionais e inter-regionais. É muito estranho, e até incompreensível, haver tanto investimentos previsto para rodovia internacional e ao mesmo tempo a ausência de outros investimentos estruturantes, em particular na ferrovia e nos eixos Lisboa-Faro, Lisboa-Porto, Lisboa-Madrid ou Porto-Vigo. A aposta na ferrovia, um meio de transporte com menos impactos ambientais associados e capaz de reduzir as situações negativas causadas pelo transporte rodoviário, deviria ser a escolha principal num plano que tem como objetivo criar maior resiliência e diminuir a degradação ambiental que afeta o nosso país.

- No ambiente, temos o restauro ecológico, de habitats e ecossistemas degradados. Portugal é um dos países da EU com maior taxa de habitats e espécies protegidas em situação desfavorável, que necessitam de ações de conservação e restauro ecológico urgentes. Esta é uma área em que existe necessidade e onde existe capacidade nas ONGA, nas empresas e nas universidades. Não faz sentido esta componente estar ausente do PRR, pois seria certamente um fator dinamizador da economia, ao nível local e regional, e verdadeiramente restabeecedor da resiliência. Aliás, a ausência de medidas específicas de proteção da biodiversidade no atual PRR revela uma total ausência de preocupação com aquele que deve ser um pilar fundamental da recuperação económica. Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, soluções baseadas na natureza, poderiam ser importantes alavancas da recuperação económica, gerando emprego verde e fomentando a atividade económica em áreas de menor densidade populacional onde as intervenções são mais prementes e poderiam contribuir nos próximos 2-3 anos para melhorar importantes indicadores ambientais nacionais - água, biodiversidade, solos, etc. - conciliando natureza com recuperação económica e justiça social.

- Também no ambiente e ainda com uma ligação mais forte a várias áreas económicas, do sector primário, secundário e terciário, temos o Mar. Não há espaço, nem investimento para o Mar neste PRR, com tanto que há para fazer em termos de conhecimento, proteção, gestão, exploração sustentável e restauro ecológico. A gestão das pescas, o lixo marinho, a monitorização e conservação da biodiversidade marinha, incompreensivelmente não fazem parte do PRR. Num país como Portugal, onde a dimensão marítima tem uma enorme relevância, a ausência do Mar neste plano só pode espantar e refletir uma visão pouco equilibrada e assente em escolhas de modelos de desenvolvimento que pouco têm a ver com os objetivos atuais de sustentabilidade e resiliência ambiental. É um contrassenso e só assim se explica a

razão do Governo não ter organizado, à semelhança de outros Ministérios, seminários ligados ao Mar e pescas para discussão prévia do PRR português. O Governo tem vindo a público defender que a recuperação económica também passa pela “Economia Azul sustentável”, ou seja, uma recuperação que passe pela biotecnologia azul, energias renováveis oceânicas e pela alimentação com origem no mar sustentável. Considerando estas premissas, é dececionante que a Economia Azul, Ciências do Mar e o ordenamento do espaço marítimo, não estejam praticamente presentes nesta ajuda extraordinária.

De referir que, de uma forma geral, faltam neste plano a informação de base, o diagnóstico, que fundamente as opções e prioridades apresentadas e não outras, algo que deveria ter sido feito de uma forma inclusiva e transparente envolvendo todos os sectores da sociedade. Falta também, como acima referido, uma análise dos impactos positivos e negativos gerados pela implementação de cada medida apresentada. Isso iria certamente levar à exclusão de medidas com fortes impactos negativos como recomenda a Comissão Europeia e viria possibilitar a inclusão de novas medidas mais sustentáveis e verdadeiramente geradoras de resiliência e qualidade de vida, com uma maior abrangência social e territorial.

Estas falhas graves, associadas à falta de debate ao longo do processo de elaboração do plano (e obviamente, na consulta pública a decorrer), bem como a falta de informação sobre os contributos já recebidos e como forma integrados ou excluídos, torna difícil perceber qual o efeito que os contributos agora enviados possam ter na finalização do plano.

Por todos os factos apresentados, a SPEA considera que o PRR de Portugal não está ainda em condições de ser submetido a Bruxelas. Deverá sofrer uma revisão profunda, de modo a retirar os componentes com forte impacto ambiental negativo e a incorporar outros que se encontram em falta, sendo fundamental que este documento estratégico tenha mais escrutínio e contributos dos cidadãos.

Não há qualquer ganho para o país na submissão de um PRR de forma apressada, que inclua mais do mesmo em termos de investimento com o único objetivo de obter um empurrão económico a curto prazo, sem sustentabilidade, nem resiliência a longo prazo.

Esta é a posição da SPEA face à informação disponível sobre o PRR no presente momento.

Pela Direção da SPEA.

Dr. Domingos Leitão

Diretor Executivo